

# A ATUALIDADE DA ÉTICA

DALMO DE ABREU DALLARI

Minha cara Coordenadora, prezado Professor Henrique, ilustres participantes deste simpósio. Quero, antes de tudo, agradecer pelo convite para estar aqui falando alguma coisa, fazendo algumas reflexões em voz alta, a respeito da questão da ética. Eu agradeço pelo privilégio do convite e quero acrescentar que agradeço como brasileiro e também como ser humano, pois eu próprio serei beneficiário de nossas reflexões conjuntas sobre a ética. Quanto mais pessoas tiverem consciência ética, mais fácil será minha vida e essa é mais uma razão para que eu agradeça a todos e cumprimente a PUC pela realização deste IV Simpósio.

## I. A ÉTICA E OS DESAFIOS DE NOSSO TEMPO

Certamente, muitos de vocês ou possivelmente todos vocês já leram ou viram na televisão o que vem acontecendo hoje no Zaire. Eu já andei pela Ásia e pela África, retornei à África no ano passado e vi situações de tremenda miséria. E o que estamos vendo lá neste momento é uma mistura de miséria, violência e luta pelas riquezas. E por que razão o Zaire? Quais os interesses envolvidos nessas lutas? Por que motivos potências européias teriam interesse num país africano, aparentemente pobre e

---

Dalmo de Abreu Dallari é professor titular da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, membro da Comissão de Justiça e Paz de S. Paulo e Vice-Presidente da Comissão Internacional de Juristas.

muito atrasado? A resposta é fácil: porque grupos econômicos europeus têm interesse no subsolo do Zaire, que é muito rico.

A investida européia em busca das riquezas, sem qualquer consideração de natureza ética, desnaturou a cultura originária do Zaire, devendo-se assinalar que o colonizador europeu vem agredindo aquele povo há mais de um século. E agora a televisão e os jornais mostram cenas que são descritas e comentadas como de selvageria, como prova de brutalidade do povo do Zaire: “Que gente atrasada...” Entretanto, quando se começa a prestar mais atenção aos pormenores é inevitável que se façam algumas perguntas. Começa-se perguntando: por que franceses e belgas estão de tal maneira envolvidos nessa questão? Haveria objetivos humanitários? E quando se olha mais atentamente para as imagens da televisão percebe-se que os soldados africanos das diferentes facções participam dos combates com armamentos super-modernos. Eu já vi isso antes, participando de missão ao Kashmir, no norte da Índia, como vi também em Moçambique.

E quem observa esses pormenores no conflito do Zaire não pode deixar de perguntar de onde vem o dinheiro para esse armamento tão sofisticado, uma vez que as imagens mostram cidades muito pobres e um povo que parece miserável. A resposta é estupefaciente: o dinheiro vem de países do primeiro mundo, inclusive da França, que se diz a pátria dos *droits de l'homme*, a campeã mundial dos direitos humanos. Na realidade, a França é um país que tem produzido obras magníficas, extraordinárias, a respeito da ética. Mas será ético o comportamento de quem fala em ética, escrever sobre ética e ao mesmo tempo praticar assassinato contra povos, cometer genocídio e etnocídio para ganhar mais dinheiro, será isso ético?

Esse é um grave problema do nosso tempo, está existindo agora, é de hoje. Isso quer dizer que o problema da ética está perante os nossos olhos. Com outras configurações nós podemos também perceber a existência de graves problemas de natureza ética no Brasil, na cidade de São Paulo, nos locais onde exercemos nossas atividades. É só andar de olhos abertos. E uma coisa que desde logo eu quero dizer – e vou dizer e redizer muitas vezes porque isso me parece fundamental –, é uma lição que está registrada de modo muito bonito num dos Sermões do Padre Vieira, no Sermão da Sexagésima: “Os pregadores de hoje produzem pouco fruto, porque só pregam para os ouvidos, não para os olhos”. O que é que ele queria dizer com isso, e é válido para todos os tempos e todas as circunstâncias, é que conseguem pouco resultado os que falam com palavras bonitas mas não dão o exemplo com sua prática. Isso é

realmente fundamental. A ética não é um requinte intelectual, não é para exibição de erudição. É algo inerente à condição humana. A ética é para a prática, é para a vida. E isto é que torna mais importantes as reflexões sobre a ética propiciadas por este Simpósio.

Percebido esse aspecto prático da ética, avanço em minhas reflexões, dizendo que a nossa época tem alguns desafios que são fundamentais. O primeiro grande desafio é assegurar a superioridade da pessoa humana na escala das prioridades políticas, econômicas e sociais. A pessoa humana não é prioridade, nos dias atuais. Não é prioridade dos governos, não é prioridade das sociedades, não é prioridade dos indivíduos. A pessoa humana foi posta num lugar secundário, ou terciário, num lugar de inferioridade. Por isso, um dos grandes desafios do nosso tempo é repor a pessoa humana no centro das preocupações, promover o reconhecimento da pessoa humana como um valor acima dos demais valores.

Outro desafio que vem como consequência disso é repor a ética nas relações humanas, em todas as relações humanas. E este é também um aspecto fundamental, porque quando prestamos atenção nos modos preponderantes de convivência, em como nós convivemos, se atentarmos para o que ocorre ao nosso redor, vamos perceber que nós agredimos a pessoa humana muitas vezes, sem tomar consciência disso, não damos às outras pessoas o respeito que gostaríamos de receber ou que exigimos que nos dêem. Às vezes isso ocorre num pormenor do relacionamento humano e não chega a causar escândalo, mas seu significado é profundo.

Vou dar um exemplo, colhido em minha experiência pessoal. Certa vez fui convidado para falar numa escola, num colégio de nível médio para adolescentes. Quando cheguei encontrei um ambiente muito alegre entre os professores. Uma professora me recebeu e pouco depois veio uma servente que me serviu um cafezinho. Ela me pareceu muito cordial e eu conversei um pouco com a servente, enquanto aguardava os preparativos finais para minha palestra. Ela me contou um pouco de sua vida, com muita espontaneidade e muita confiança, parecendo mesmo que estava feliz por estarmos conversando. Posso dizer que ficamos amigos rapidamente. Minutos depois perguntei à professora qual era o nome da servente e para minha surpresa recebi a seguinte resposta: “Eu não sei, porque ela só vem aqui para servir o café para nós professores e eu jamais conversei com ela...”. E eram colegas na mesma escola já fazia vários anos. Por que esse distanciamento, porque jamais tinham conversado? Observando os comportamentos eu percebi que não havia aproximação, não dialogavam como pessoas iguais, porque uma era professora,

personagem muito importante na escola, e a outra era apenas uma servente. E onde é que ficou a ética, onde ficou o respeito pela pessoa humana?

Em pormenores como esse, sem que nada ocorra de espetacular ou dramático, nós podemos perceber que a pessoa humana não está sendo respeitada. Então, se prestar atenção nesses pormenores do cotidiano, se em cada momento e em cada oportunidade procurarmos viver segundo a ética, teremos muitas oportunidades para introduzir a ética em nossos hábitos. E suavemente, sem esforço, veremos em pouco tempo que a vida se torna muito mais fácil, mais rica e muito mais agradável.

Grande parte das violências contra a pessoa humana que acontecem hoje nesta e noutras cidades não aconteceriam se as pessoas estivessem despertas para as exigências da ética, se tivessem consciência de que o comportamento segundo a ética é melhor para todos, facilita a vida de todos, além de ter o componente de valorização também da pessoa que respeita o outro. A valorização é recíproca.

Quando falo em repor a ética nas relações humanas fico muito à vontade, pois, como sabem, minha especialidade é a área jurídica e o caráter interdisciplinar deste Simpósio me permite falar alguma coisa sobre o Direito e o faço para dizer que sobretudo essa área se ressentiu muito da falta da ética. Há cerca de duzentos anos, na seqüência das revoluções burguesas, fortemente influenciadas pelo Racionalismo, que, segundo Sartre, "expulsou Deus da Terra", prevaleceram teorias jurídicas que desligaram o Direito da ética. A mais influente dessas correntes teóricas é o chamado "positivismo jurídico", que reduz o Direito a mera regra formal, que aceita qualquer conteúdo. E não foi por acaso que isso ocorreu, mas porque havia interesse político e econômico na legalização de atos e situações que proporcionassem maior proveito às camadas sociais superiores, mesmo que à custa de injustiças e agressões éticas.

Uma vez, num debate público ocorrido nesta mesma escola, ocorreu um fato muito ilustrativo. Estávamos discutindo o problema do relacionamento do Direito com a Justiça. Um eminente professor da Faculdade de Direito desta Universidade, adepto da linha positivista, estava dialogando comigo, quando, em relação a determinada lei, eu disse: "Essa lei não é justa". Ele imediatamente me interrompeu para observar: "Espere aí, justiça não é problema do jurista, é do filósofo". Daí a pouco, na continuação do mesmo debate, eu observei: "Essa lei não resolve os conflitos sociais". E recebi de meu colega a seguinte ponderação: "Vamos ficar no campo jurídico. Conflito social é problema do sociólogo, não do jurista". E o que é

que sobrou para o jurista? Uma fôrma que recebe qualquer bolo, uma forma que recebe qualquer conteúdo.

Nessa concepção o Direito é simples formalidade, não tem compromisso ético, não se importa com o justo e o injusto. Precisamente esse ponto está sendo hoje altamente questionado e eu estou entre os que recusam a utilização do Direito como "legalizador de injustiças". Isso me tem feito incursionar com muita freqüência pelo mundo da ética, porque não consigo aceitar que seja direito aquilo que não é ético. Uma regra jurídica pode, eventualmente, ser injusta, por muitas razões é possível que exista uma regra dessa espécie. Mas quando isso acontecer é preciso tentar modificá-la ou, pelo menos, fazer com que no momento da aplicação ela seja justa, é preciso ter sempre a angústia da justiça. O aplicador deve sempre procurar saber se não há um modo mais justo de aplicar uma regra que produz uma injustiça mas parece socialmente necessária.

Essa reposição da ética nas relações humanas, que está sendo buscada no mundo do Direito, é uma exigência do nosso tempo e se faz presente em todas as áreas. Não é somente um problema da área do filósofo, mas também é do jurista, é do médico, do jornalista, até mesmo do matemático, é de todos, porque todos são seres humanos e nenhum deles atua fora de um contexto social. A consideração da ética é uma exigência das relações humanas.

Por último, na seqüência dos grandes desafios, eu coloco como um deles, um dos maiores desafios, dar efetividade aos preceitos éticos. Não há dúvida de que seria já um grande avanço muita gente reconhecer que é melhor viver segundo a ética, muitas pessoas estarem preocupadas em saber quais são os preceitos éticos, mas o grande desafio é aplicar esses preceitos. Por que motivo a aplicação aparece como um grande desafio? Porque muitas vezes o respeito a um preceito ético, na prática, contraria nossos interesses materiais. Pode contrariar, também, interesses que podem não ser materiais, mas afetivos, psicológicos ou de outra natureza. E quando isso ocorre não é raro que se procure uma ética de conveniência, um ajuste, um "jeitinho" ético. Daí a necessidade de nós nos comprometermos com a efetivação da ética.

## II. LEGALIZAÇÃO DA DESIGUALDADE

Como procurei demonstrar até aqui, nossa época enfrenta grandes desafios, ligados à ética. Acrescento agora que a nossa época apresenta, de um certo ponto de vista, uma profunda contradição. O primeiro dado dessa contradição é a constatação de que estamos presenciando um

extraordinário desenvolvimento tecnológico, a par de alguns espetaculares avanços científicos. Nós vimos o homem chegar à Lua e depois partir para a colocação de um engenho controlado na superfície de Marte, estamos vendo agora o tremendo desenvolvimento da engenharia genética, assistimos também a um desenvolvimento fantástico no âmbito das comunicações, com o uso de computadores e de satélites artificiais.

Mas ao mesmo tempo em que tudo isso acontece, enquanto a humanidade cresce do ponto de vista do domínio de técnicas e da criação de um instrumental altamente sofisticado influenciando consideravelmente nas relações humanas, temos o segundo dado da contradição: verificamos que há crescimento da marginalização social, que populações inteiras, especialmente crianças, são vitimadas pela fome e por doenças denunciadoras da miséria.

Será que se pode falar em progresso da humanidade, se a maioria das pessoas não se beneficia desse progresso? Se cresce o número de marginalizados, se o progresso vertiginoso dos meios de comunicação nos permite saber e até mesmo ver que há milhões de seres humanos agredidos e humilhados, de pessoas e grupos numerosos a quem é negado o mínimo compatível com a dignidade da pessoa humana, será verdadeiro e justo celebrar o progresso da humanidade? Será honesto dizer que esse crescimento e essas conquistas são benéficos para a humanidade e correspondem ao seu interesse, quando se sabe que só um pequeno número de pessoas se beneficia desses avanços e um grande número ou não recebe benefício algum ou é até prejudicado pelos avanços tecnológicos?

Quando ficamos atentos a esses acontecimentos, como a tragédia do Zaire mencionada no início, quando verificamos no Brasil o índice elevadíssimo de marginalização social, nós temos que duvidar do progresso da humanidade. Será que podemos chamar a isso progresso? Há, na verdade, um enorme paradoxo. Isso tudo me faz lembrar, por ser adequado a este momento, uma observação feita nesta faculdade por um homem excepcional, que a par de ser uma grande figura de intelectual foi um verdadeiro humanista.

O fato ocorreu em 1983, num seminário que se chamou *Ética no Mundo de Hoje*, e no qual tive a imensa alegria e a honra de participar com uma grande figura da intelectualidade brasileira, um homem ético, Florestan Fernandes. Quero reproduzir aqui algumas palavras ditas então por Florestan Fernandes: "Há uma crise fundamental no nosso tempo: a crise de uma civilização que não conseguiu responder sequer as tarefas

históricas que se colocaram, mesmo em nome da essência dessa civilização. Não se pode esquecer que as Revoluções Burguesas tinham valores fundamentais e que apareceram em termos de utopia através das palavras de ordem “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”. São três palavras chaves, são três palavras de ordem. São três palavras que não podem ser compatibilizadas com a estrutura de uma sociedade de classes na qual há uma dominação por parte de uma minoria que se organiza para explorar os demais”. E concluiu o notável sociólogo: “apesar das instituições democráticas, a contradição entre a desigualdade social, econômica e política com esses valores fundamentais era tão grande que levou a burguesia a caminhar rapidamente no sentido de abandonar essas palavras de ordem, ou mantê-las apenas em termos formais.”

Na verdade, essa constatação feita por Florestan Fernandes, que é atualíssima, nos coloca perante uma opção fundamental do nosso tempo. Eu tenho dito – e disso estou absolutamente convicto – que a humanidade está atravessando um momento revolucionário. E revolução não é dar tiros, não é cometer violência, especialmente para quem é da área jurídica. Para o jurista autêntico a revolução é a substituição de uma idéia de direito por outra idéia de direito. E o que se pode verificar, por vários sinais muito concretos, é que uma idéia de direito que tem sido preponderante há cerca de duzentos anos está em séria crise e começa a ceder lugar a outra. Não será difícil fazer a demonstração disso.

No final do século dezoito chegava ao termo o ciclo das revoluções burguesas que sacudiram a Europa nos séculos dezessete e dezoito. Essas revoluções foram feitas contra o absolutismo, com apoio decisivo dos grandes comerciantes e proprietários de terra que não eram nobres e por isso não participavam do poder político. A par disso, houve também a inspiração de valores éticos fundamentais. Notáveis filósofos políticos pregavam o reconhecimento e a defesa da liberdade como um direito natural da pessoa humana, não mais baseado em argumentos teológicos mas reconhecido pela razão. Assim também falavam na igualdade essencial de todos, que implicava a extinção dos privilégios da nobreza, acrescentando ainda a necessidade de que as pessoas convivessem com espírito de fraternidade.

Mas bem depressa, ainda no final do século XVIII, esses valores foram esquecidos e desprezados, como dá testemunho a Constituição francesa de 1791. De fraternidade ninguém mais vai falar e a igualdade que sobra é apenas a igualdade perante a lei. Não importa se a lei é justa, não importa quem fez a lei e visando os interesses de quem, não importando

também que a lei seja utilizada para estabelecer novas desigualdades, criando nova classe de privilegiados. O que se exige e até certo ponto se pratica é a igualdade de todos perante a lei perante a lei. Assim, por exemplo, a legislação que trata da herança apoia-se no princípio de que a lei é igual para todos. Todo pai deixa para seu filho aquilo que tem. Assim, o pai rico deixa para o filho aquilo que tem, que é a sua riqueza. Com rigorosa igualdade, o pai pobre também deixa para seu filho aquilo que tem, que é a sua pobreza. Não há dúvida de que ambos foram tratados como todos iguais perante a lei. E a partir daí nós vemos que na mesma cidade e na mesma hora uma criança nasce muitíssimo rica e outra criança nasce miserável. Mas são todos iguais perante a lei, a lei é uma só e foi aplicada de maneira igual para todos.

Foi dessa maneira, expulsando a ética e fazendo prevalecer o puro formalismo, que se promoveu a distorção das idéias e a degradação dos valores. Do mesmo modo como ocorreu com a igualdade, a liberdade também foi pervertida e reduzida a um requisito meramente formal. Não se exige a liberdade real, que deve implicar a possibilidade de ser livre, basta o direito formal de ser livre. É isso que está contido na denúncia do notável mestre Florestan Fernandes e esse é um problema muito vivo do nosso tempo.

### III. SER HUMANO E NATUREZA ASSOCIATIVA

Avançando ainda mais, quero agora chamar a atenção para alguma coisa de fundamental que ficou esquecida. Refiro-me a um aspecto relacionado com a natureza humana que é essencial, fácil de verificar e já ressaltado por Aristóteles e reafirmado por Santo Tomás de Aquino, além de muitos outros autores e que, no entanto, não se leva em conta na consideração dos valores e dos direitos da pessoa humana. Que dado é esse? É a natureza associativa do ser humano. Aristóteles escreveu que o homem é um "animal político", no sentido de que é necessariamente um animal social, um ser associativo por natureza. A partir do final do século dezenove, com o desenvolvimento da sociologia, da psicologia, da antropologia e de outras ciências humanas, de muitas maneiras se voltou a dizer e se passou a demonstrar com rigor científico que o homem é um ser social, que vive sempre em associação com outros homens porque esse é um imperativo de sua própria natureza.

Uma vez que todo ser humano é necessariamente um ser social, que só existe concretamente em associação, daí decorre que os valores da pessoa humana são necessariamente valores sociais. Eu não posso conce-



ber um ser humano concreto, real, fora da convivência. Isso não elimina o indivíduo, que tem suas peculiaridades e seu valor próprio como tal, mas quando se falar no individual é preciso ter em conta que ele faz parte do social. Assim por exemplo, é comum as pessoas dizerem, como o ideal da convivência justa e do respeito pelo outro, que “os direitos de cada um terminam onde começam os do outro.” E há quem sustente isso como se uma pessoa andasse na rua com o seu direito isolado dos outros, num compartimento estanque, e os demais fizessem a mesma coisa. Os direitos estariam justapostos, um ao lado do outro, sem a necessidade de se interpenetrarem. Onde termina o direito de um começa o do outro e cada um deveria usar exclusivamente o seu, o que eliminaria toda hipótese de conflito.

Na realidade não é isso que acontece nem nada parecido com isso. Os direitos dos indivíduos estão inevitavelmente entrelaçados, eles se interligam, um penetra no outro, cada um depende de outros, necessariamente. O meu direito, seja qual for, eu só exerço na convivência e isso acontece também com os direitos das demais pessoas. A lembrança dessa interrelação necessária é fundamental. A concepção do direito de cada um terminando onde começa o do outro é ultra-individualista e conduz, fatalmente, a uma atitude egoísta: “eu cuido do meu direito, você que cuide do seu. O meu não tem nada que ver com o seu... Vamos ficar cada um no seu compartimento estanque, respeitando o compartimento do outro, e não haverá conflitos”.

Na realidade não existe, concretamente, esse direito de cada um terminando onde começa o do outro. O direito de cada um convive com os direitos dos outros, recebe sempre influência deles e influencia sobre eles. Meu direito de estar aqui expressando livremente as minhas idéias convive com esse e outros direitos de todos os presentes. Meu direito de andar na rua convive com os direitos de todos de andarem na rua. Assim também o meu direito de propriedade não é um direito que eu tenha sozinho, é um direito que convive, na realidade, com os demais direitos das demais pessoas. Essa concepção da convivência necessária dos direitos, que decorre da convivência necessária das pessoas, obteve um pequeno avanço quando se passou a falar na função social da propriedade. Isso não é mais do que o reconhecimento do caráter associativo da pessoa humana.

Em lugar de falar do *eu* e do *meu*, esquecendo os demais, eu devo falar do *eu* me lembrando dos outros seres humanos, com quem eu convivo necessariamente. Eu não me elimino como indivíduo, eu tenho a

minha individualidade, eu sou pessoa, mas tenho que me lembrar de que eu sou uma pessoa que convive com as outras pessoas. E assim como eu tenho necessidade de respirar e não digo que não sou livre porque tenho que respirar eu tenho necessidade de conviver e não vou dizer que não sou livre porque tenho que conviver. Não, isso é parte da minha essência. Eu sou associativo por natureza e essa associação significa que sempre estou recebendo algo ou muito do outro, assim como sempre estou dando alguma coisa ao outro. Isto é inerente à condição humana.

Esse aspecto foi bem ressaltado por Kant, de maneira muito interessante. Kant fala no paradoxo do ser humano. Que paradoxo é esse? Ele usa uma expressão que em si já é paradoxal, falando na insociável sociabilidade do ser humano. Mas o que é essa insociável sociabilidade. Kant diz que, em primeiro lugar, o ser humano tem razão, tem consciência, o ser humano percebe que necessita do outro. E porque percebe que necessita do outro tende a se associar. Essa tendência a associar-se seria a sociabilidade do ser humano: “Eu sei que necessito do outro, então eu tendo a procurar a companhia do outro, a me associar, para atender a uma necessidade essencial da minha natureza”. E ele acrescenta: “mas esta tendência a associar-se se completa porque o ser humano, nesta associação, procura colocar os seus interesses acima dos interesses do outro.” Com muita frequência isto acontece. Na maioria das vezes, segundo Kant.

A pessoa tem necessidade de se associar, e sabe disso, mas quando se associa é sempre esperando receber, e raramente pensando no dar: “Qual é a vantagem que eu posso tirar desta associação?” Este é o caráter que Kant denominou de insociável sociabilidade. Ao mesmo tempo, há essa necessidade do associar-se, pelo reconhecimento de que tal necessidade existe, mas a procura da associação se faz colocando cada um, em primeiro lugar, seus interesses próprios. Então, essa é uma forma egoísta de procurar satisfazer a necessidade de associação.

#### IV. RESPONSABILIDADE ÉTICA

Agora, avançando um pouco mais, eu lembro de que esse ser humano que é associativo por natureza, esse ser humano que sempre é encontrado em associação, esse mesmo ser humano sempre teve uma ética. E aqui eu sei que eu entro num campo altamente explosivo, porque a noção de ética não é unívoca. Eu estudei um pouco de grego e estudei mais o latim e pelo que me foi dado aprender eu concluo que *ética* e *moral* são quase a mesma palavra, cada uma usada numa daquelas línguas, com sentidos bem aproximados, às vezes pouco diferentes, às vezes, surpre-

endentemente, muito diferentes. Essa é uma discussão em que eu não vou entrar neste momento, por que não é o fundamental, aqui, saber se ética e moral são a mesma coisa; se ética é a forma grega e moral a forma latina, se o *ethos* corresponde ao *mores*. O que eu quero ressaltar é que existiu sempre um ética na sociedade.

Em primeiro lugar, eu ressaltai que os seres humanos sempre viveram associados. E agora acrescento que toda associação humana apresenta uma ética. Para que não haja dúvidas, tendo em conta a discussão sobre a diversidade de sentidos há pouco referida, acho conveniente deixar claro em que sentido estou utilizando o termo *ético*. O sentido que eu dou a ético é o de habitual, alguma coisa de acordo com o costume. Isto é o ético. E a partir das características da pessoa humana, inclusive da característica de ser associativo, eu vou verificar aquilo que denomino de mecanismo de definição da ética, definição da ética de determinado grupo. Primeiro, o ser humano tem uma característica, já ressaltada por Aristóteles, que é a possibilidade de conhecimento do bem e do mal. Aristóteles coloca isso como uma característica fundamental do ser humano dizendo: "O ser humano tem essa peculiaridade: ele tem a capacidade de conhecer o bem e o mal, e tem a possibilidade de sentir o que é justo ou injusto." Essas são características humanas.

O ser humano é condicionado por essas características, mas ainda se adiciona uma outra. Especialmente quem tem formação cristã com facilidade perceberá isto, mas não é preciso ter essa formação. Quem já refletiu sobre isso terá percebido que o ser humano tem uma liberdade essencial. O ser humano é dotado de livre arbítrio. Quando os autores dos séculos XVII e XVIII apontaram a liberdade como direito fundamental da pessoa humana, como um direito natural, estavam tomando por base exatamente esta constatação: o ser humano é essencialmente livre. Ele é livre na sua consciência, é livre na sua possibilidade de reflexão. Então posso dizer que sou livre para formar o meu convencimento. Eu posso estar acorrentado, posso estar preso num subterrâneo e continuo livre, porque meu pensamento não pode ser aprisionado. Nós sabemos que existem técnicas modernas de coação, usadas para tentar aprisionar o pensamento, mas na sua essência o pensamento é livre.

Isso significa que o ser humano tem a possibilidade de observar e de fazer os seus julgamentos. Com essa liberdade que lhe é inerente é que ele profere julgamentos. Ele julga o que é bom ou mau, ele julga o que é justo ou injusto. Mas uma diferença essencial é que ao mesmo tempo que essa liberdade, inerente à condição humana, determina os julgamentos,

pois é a partir da liberdade que eu julgo, essa liberdade não determina os comportamentos. E por isso o ser humano é responsável: cada um é responsável pelos seus comportamentos. Muitas vezes nós dizemos: “Eu bem que gostaria de fazer só coisas que ajudem os outros, mas eu não tenho liberdade para escolher isso. Então faço coisas que prejudicam, que eu sei que prejudicam, mas eu não sou livre para escolher, porque no ambiente em que eu vivo sou forçado a fazer isso...” Mas na verdade, percebam que mesmo quando nós dizemos isso temos consciência de que estamos fazendo alguma coisa injusta. Eu digo: “Eu faço o injusto porque o meio social me obriga, mas eu sei que é injusto.” De fato, o julgamento do justo ou injusto foi nosso, foi livre. O comportamento não foi determinado por esse julgamento. Por que? Porque outros fatores determinaram nosso comportamento.

Eu faço assim porque é o que me convém, eu sei que é injusto, mas eu faço assim porque senão a minha carreira vai ficar mais difícil. Eu sei que é injusto, mas eu faço assim porque assim eu ganho dinheiro. Então, na verdade, é importante a gente tomar consciência disso, e é isso que nos dá responsabilidade. É muito cômodo a gente fugir da responsabilidade dizendo: “Eu não estou livre para escolher...”. Posso citar como exemplo o caso de um juiz, meu amigo, que uma vez, quando estávamos discutindo a respeito de uma sentença dada com base na lei mas claramente injusta nas circunstâncias, me disse: “Eu não sou livre para escolher, porque a lei é injusta mas eu tenho que aplicá-la”. E com isso ele pôs um homem na cadeia, admitindo que era uma injustiça, mas justificando-se porque tinha aplicado a lei. E saiu com a consciência leve, tranqüila, porque alegou que a responsabilidade não era dele, mas de quem fez a lei.

Na verdade, isso é uma fuga, não é verdadeiro. Ele não fez o mínimo esforço para procurar uma solução justa e se tivesse feito certamente a encontraria. Porque não é obrigatória a aplicação automática, formal, da lei. Se o juiz tiver a preocupação de ser justo ele recorre aos princípios gerais de direito, aos costumes, aos princípios constitucionais. Ele cria uma norma a partir do núcleo legal. O juiz consciente disso, consciente da sua responsabilidade ética, não se entrega com essa facilidade. Ele, às vezes, justamente por ter sido mais ético do que legalista formal, pode ter problemas com o tribunal que aprecia um recurso de sua decisão, pode mesmo enfrentar muitos embaraços para progredir na carreira. Mas se for ético assumirá os riscos e irá procurar sempre aquilo que no julgamento de sua consciência é justo. Ele vai procurar fazer com que o seu comportamento seja adequado ao seu julgamento.

Vou dar agora um exemplo – eu gosto muito de exemplos porque as coisas ficam menos abstratas e mais agradáveis – baseado num caso que aconteceu na França, há poucos anos, com um juiz. Esse juiz chamava-se Jacques Bidalou e por isso o caso, que causou escândalo, passou a ser conhecido como “o caso do juiz Bidalou”. O que foi que aconteceu, a ponto de causar escândalo? Um homem que era proprietário de vários imóveis e tinha inquilinos em algumas de suas casas, entrou com uma ação para despejar um de seus inquilinos que durante alguns meses não havia pago aluguel. O proprietário tinha celebrado um contrato de locação e, em decorrência dele, tinha o direito de receber o aluguel. A certa altura o inquilino deixou de pagar e por isso o proprietário entrou com uma ação de despejo. Isso tudo de acordo com a lei. Mas o caso foi parar nas mãos do juiz Bidalou, que se preocupou com a justiça e foi além do legalismo formal.

Ao proferir a sentença, o juiz fez as seguintes considerações: “Examinando todas as circunstâncias expostas nos autos, verifiquei que existe um contrato de locação. Por força dele, o proprietário tem o direito de receber o aluguel e o inquilino tem o dever de pagar. Entretanto, ficou comprovado que durante vários meses o inquilino não pagou. Assim sendo, se eu aplicar um princípio jurídico tradicional, segundo o qual os contratos devem ser respeitados (a forma latina desse princípio, que tem longa tradição no direito, é *pacta sunt servanda*, ou seja, o que for pactuado tem que ser respeitado) não há dúvida de que o inquilino teria que pagar o aluguel contratado e uma vez que não pagou deveria ser posto na rua.

Entretanto, o juiz Bidalou não parou aí e acrescentou: “Mas eu examinei mais fundamentado o conjunto das circunstâncias e tendo em conta a documentação mais o que eu ouvi das partes observei que há outros aspectos relevantes. O proprietário é um homem rico, tem muitas casas, e uma delas é aquela que foi alugada ao inquilino que na presente ação aparece como réu. Então, o proprietário não depende desse dinheiro para satisfação de suas necessidades ou mesmo para a manutenção de seu atual nível de vida. Analisando, por outro lado, o comportamento do inquilino, verifiquei que se trata de um trabalhador, plenamente apto para o trabalho, mas que há meses está desempregado. As provas constantes dos autos demonstram que o réu já habita nessa casa, como inquilino, faz alguns anos. Ele sempre pagou pontualmente o aluguel e só parou de pagar no momento em que ficou desempregado. Com base em todos esses antecedentes do caso, chego à conclusão de que o inquilino

só não pagou porque perdeu a possibilidade de pagar, por motivo alheio à sua vontade.”

Depois de todas essas considerações concluiu o juiz: “Eu me lembrei de que se existe aquele preceito *pacta sunt servanda*, o que foi pactuado tem de ser cumprido, existe um outro princípio, igualmente consagrado, segundo o qual *rebus sic stantibus*, isto é, “desde de que as coisas permaneçam como estavam no momento da celebração do contrato”. Se a situação fosse a mesma do momento da contratação, se o inquilino tivesse mantido a possibilidade de pagar, não tenho qualquer dúvida de que teria pago e não haveria por que despejar esse homem. Mas as coisas mudaram sem culpa do inquilino e ele não está pagando por absoluta impossibilidade. A favor dele vêm os antecedentes, sobretudo a comprovação de que ele sempre pagou pontualmente os aluguéis, o que permite concluir que ele teria continuado pagando se os meios não lhe tivessem sido subtraídos, isto é, se as coisas tivessem continuado a ser o que eram no momento da contratação. Por tudo isso e por considerar que esta é a única solução justa, nego o despejo.”

A decisão foi ética, foi justa, mas em conseqüência dela o juiz Bidalou foi punido pelo Conselho Superior da Magistratura, sob a alegação de que havia introduzido um “elemento não-jurídico”, o que no caso significava “não formalmente previsto na lei”, em sua decisão, criando um risco para a estabilidade das relações sociais. E houve quem, publicamente, chamasse o juiz Bidalou de louco, por causa dessa decisão. Esse exemplo demonstra que o juiz é livre no plano de sua consciência e que pode procurar o que for mais condizente com a ética. O que ocorre é que outros juízes não se encorajam a fazer coisas semelhantes porque têm medo da punição, ou então por estarem convencidos de que uma atitude como essa poderá atrapalhar sua progressão na carreira e que não vale a pena assumir esse risco.

Mas aí está precisamente o problema, aí está demonstrada a diferença entre nós termos consciência livre e agirmos com liberdade. O juiz estava livre para formar sua convicção e com liberdade ele, como todos os outros também poderiam fazer mas que habitualmente não fazem, avaliou a questão sob o ângulo da justiça e concluiu que a decretação do despejo, embora formalmente adequada, era uma solução injusta. Seria muito mais cômodo e melhor para a carreira do juiz ignorar o aspecto ético e dizer, simplesmente: “Estando atendidos os requisitos legais, decreto o despejo”. Ninguém iria criticá-lo e não teria havido punição, pois o juiz Bidalou teria feito o que todos os juízes fazem.

Isso se coloca perante cada um de nós, praticamente todos os dias, em muitas situações, e é comum que as pessoas fujam da responsabilidade e anestesiem sua consciência com uma justificativa aparentemente indiscutível: "Eu gostaria de fazer diferente, mas não faço porque não sou livre para escolher". A verdade é que, quase sempre, as pessoas são livres, mas não querem sofrer as conseqüências decorrentes do uso da liberdade. Exemplo disso foi o que ocorreu no Brasil, a partir de 1964, durante o período dos governos militares. Muita gente achava injusto invadir domicílios, prender pessoas arbitrariamente, praticar tortura e promover a morte ou o desaparecimento de presos políticos. E ninguém tinha dúvida de que todas essas violências eram determinadas ou acobertadas pelas autoridades, mas a grande maioria preferia aceitar os fatos, ficar em silêncio e não assumir os riscos da denúncia ou do protesto. E o que se podia ouvir, na intimidade, era esta confidência: "Eu acho que tudo isso é muito injusto, mas não vou fazer nada, pois quem sou eu para impedir que isso aconteça? Se eu falar posso sofrer conseqüências e nada vai mudar, porque não temos liberdade. Era uma fórmula muito conveniente para fugir às responsabilidades e manter a consciência tranqüila.

Eis a nossa fraqueza, a nossa fragilidade humana. Um dos problemas fundamentais da humanidade tem sido o desafio ético em face da liberdade. O reconhecimento do que é ético deveria implicar a responsabilidade de agir segundo a ética, mas para muitas pessoas é bem difícil manter essa coerência.

## V. ÉTICA, JUSTIÇA E DIGNIDADE HUMANA

Depois de tudo quanto foi dito, é tempo de enunciar algumas conclusões. A primeira delas é que, embora se possa falar, e às vezes se deva falar, da ética de um determinado grupo social, se alargarmos nossa visão e tomarmos toda a sociedade humana como um grande grupo social iremos reconhecer a existência de valores éticos que são universais.

Esse é um problema que se coloca hoje, com graves repercussões de ordem prática, quando discutimos a questão dos direitos humanos. Existem direitos humanos universais? Eu estou convencido de que sim e há muitos outros com a mesma convicção. Mas, em sentido oposto, há muitos que afirmam a inexistência de direitos humanos universais por estarem convencidos disso, havendo também os que tomam essa posição porque não lhes convém reconhecer a existência de valores humanos universais. Para estes é preferível reconhecer valores particulares, valores de grupos

determinados, o que lhes permite fecharem-se em seu conjunto de valores, sem fazerem concessões a qualquer outro.

Assim, por exemplo hoje se discute muito a formação de um tribunal penal internacional. Isso já vem sendo proposto desde o término da Segunda Guerra Mundial, passou a ser discutido intensamente com o esfacelamento, em termos muito violentos, da antiga Iugoslávia e não se chegou a um acordo. Foi criado um tribunal especial para os crimes contra a humanidade praticados recentemente naquela região, porque se reconheceu como inviável, a curto prazo, a criação do tribunal mundial. Por quê essa dificuldade? Entre outros motivos, porque há Estados poderosos que querem praticar tortura oficialmente, alegando que isso está de acordo com sua cultura ou suas tradições religiosas e, portanto, integra sua ética.

Para muitos será surpreendente a revelação, mas isso acontece, entre outros, com o Estado de Israel. Hoje há uma discussão dentro de Israel porque lá existem parlamentares que não concordam com isso, entretanto, faz parte da política de segurança do Estado de Israel a prática de tortura de presos pertencentes a grupos de guerrilha ou a forças inimigas. E a alegação é que, além de ser conveniente para a segurança, isso não conflita com a ética adotada pelo Estado. Será que faz mesmo? Muitos judeus, cidadãos de Israel, discordam disso e afirmam que tal prática afronta a ética judaica, mas as autoridades persistem nessa atitude contrária aos direitos humanos. Fatos como esse pesaram para que vários Estados não admitissem a formação do tribunal penal internacional, exatamente porque querem continuar agindo contra os valores que muitos pretendem que sejam reconhecidos como universais.

Assim acontece, também, por exemplo, com os países muçulmanos que querem continuar cortando o dedo dos ladrões. Esse caso do dedo dos ladrões é um caso extremamente interessante porque mostra – o que a meu ver é positivo – como é que aos poucos, apesar das resistências, a ética vai se impondo. Qual é o problema com os dedos dos ladrões? Há poucos anos eu participava de uma reunião da Anistia Internacional em Amsterdam, quando um representante do Sudão pediu para expor um problema que considerava grave, pedindo que os participantes da reunião o ajudassem a refletir sobre ele e procurar uma solução.

Disse, então, que em seu país, uma ditadura muçulmana, a religião é oficial e o governo adota a ética muçulmana. E segundo esta, e de acordo com antiga tradição, os ladrões deveriam ter a mão amputada. Houve recentemente uma evolução, porque antigamente isso era feito em público. O ladrão colocava a mão sobre um cepo, vinha um carrasco com um



machado e cortava a mão do condenado. Em época recente isso passou a ser muito criticado, por ser considerado cruel e violento, sendo chocante para uma grande parte da humanidade. A partir daí ocorreu a evolução. Em lugar da mão cortam-se alguns dedos e o antigo carrasco foi substituído por um médico, que faz a amputação dos dedos com as modernas técnicas cirúrgicas.

Uma jovem médica ingressou no serviço público pouco depois de se ter formado em medicina e foi designada para fazer esse tipo de trabalho. Isso lhe pareceu normal, porque fazia parte de suas tradições, e ela fazia isso. De vez em quando amputava os dedos de um ladrão condenado e assim aquela médica vinha procedendo, até que um dia ganhou uma bolsa e foi fazer um curso na Inglaterra. Ali, em contato com os outros médicos, ela contou com naturalidade qual era sua atividade no Sudão e ouviu muitas críticas a esse procedimento. Disseram-lhe que isso era antiético, porque faz parte da ética médica salvar a vida, livrar as pessoas de doenças e de males físicos, procurar curar as doenças e ajudar a preservar a pessoa humana em sua integridade. De acordo com esses preceitos éticos, se o dedo da pessoa não está doente e se sua conservação não traz ameaças à saúde não existe justificativa ética para cortá-lo. Esse procedimento é antiético.

Refletindo sobre o assunto, a jovem médica se convenceu de que, na realidade, a utilização de seus conhecimentos e de suas habilidades para amputar dedos são comportamento contrário à ética médica. Quando regressou ao Sudão ela comunicou às autoridades que a partir daquele dia não iria mais cortar dedos que não estejam doentes. Em consequência dessa nova atitude ela não só foi demitida do serviço público mas foi proibida de exercer a medicina, pois sua atitude foi considerada ilegal e ofensiva à ética daquele povo.

Hoje estão acontecendo situações semelhantes a essa situação, quanto ao conflito de valores éticos. A ocorrência de conflitos pode parecer negativa, mas o lado positivo é que está ficando difícil ignorar a ética. Isso não significa, evidentemente, que a humanidade esteja aderindo a uma ética universal, ou mesmo submetendo todos os seus comportamentos a padrões éticos. Mas, sem qualquer dúvida, a questão da ética passou a exercer um papel importante no estabelecimento das relações entre os povos, influenciando, também, sobre as relações internacionais os padrões éticos internos de cada povo.

Uma conclusão final, tendo em conta tudo o que foi observado, é que a humanidade está vivendo um momento de transição. Pode-se dizer que

este é um momento revolucionário da história da humanidade, porque está ocorrendo o encerramento de um ciclo histórico. Que ciclo é esse? É o que teve início no século dezoito, com o final das Revoluções Burguesas. Isso não é difícil de perceber e pode ser demonstrado por um exemplo concreto.

Quando examinamos a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, publicada na França em 1789, encontramos a afirmação da Liberdade, da Igualdade e da Fraternidade como valores fundamentais da pessoa humana. Dois anos depois, em 1791, a França publicou sua primeira Constituição. E o que é que vamos encontrar nela? A afirmação de que o governo da sociedade deve ser um governo de leis e que estas devem ser feitas pelos delegados do povo. Acrescenta-se que os delegados do povo devem ser escolhidos pelos cidadãos. E aqui é importante lembrar que no momento mais agudo da Revolução Francesa falava-se em cidadão e cidadã, em níveis iguais. Todos os homens e mulheres eram pessoas humanas, todos essencialmente iguais, com a mesma dignidade e os mesmos direitos.

Entretanto, a partir da Constituição de 1791, cidadão, aquele que pode escolher o governo ou que pode ser escolhido para governar, tem que ser do sexo masculino. E onde foi parar a igualdade, pouco antes reconhecida e exaltada como um direito fundamental de todos os seres humanos? E com a perda da igualdade, a liberdade das mulheres, onde é que foi parar? Foi por água abaixo, pura e simplesmente. Era um valor ético, afirmado e reafirmado, que estava na base da Revolução. E no entanto foi completamente desprezado, gerando evidente discriminação, contrária à dignidade humana das mulheres.

E a mesma Constituição, além de conter esta tremenda discriminação, evidentemente injusta e até ilógica, também dizia que não bastava ser homem e francês para ter os direitos da cidadania: era preciso ter um patrimônio mínimo e uma renda mínima. Em síntese, era preciso ser homem, francês e rico para ser igual. E as demais pessoas, em consequência legalmente tratadas como sendo o que por ironia se poderia chamar de "menos iguais", cidadãos de segunda classe. A partir daí tem início uma fase histórica marcada por tremendas agressões à ética, a valores éticos.

Um dado muito importante é que isso foi legalizado, foi estabelecido através da lei. Na realidade, a noção de lei também sofreu uma grave distorção. Com efeito, em 1748 Montesquieu havia publicado sua obra fundamental, *Do Espírito das Leis*, incluindo entre suas proposições mais importantes a observação de que "o governo da sociedade deve ser o

governo de leis e não de homens". Os homens são arbitrários, estabelecem privilégios e fazem discriminações, ao passo que as leis são iguais para todos. Mas de que lei falava Montesquieu? Ele mesmo explica: é a Lei Natural, a lei que é inerente à condição humana e que é igual para todos, porque todos são seres humanos. E para não deixar dúvidas ele dá uma conceituação, dizendo que "lei é a relação necessária que deriva da natureza das coisas". Do ponto de vista lógico, necessário é aquilo que não pode deixar de ser. E a lei é relação necessária, aquela que não pode deixar de ser e que deriva da natureza das coisas. E nessa expressão "coisas" estavam incluídas as características que derivam da condição humana.

Mas a lei que passou a governar os homens não foi essa, foi a lei feita arbitrariamente por um corpo de representantes, um corpo de delegados escolhidos só por aqueles que tinham a situação privilegiada de cidadãos ativos. Dessa maneira se consagrou uma distorção fundamental, que implicava a negação de valores éticos fundamentais da humanidade. E isso atravessou todo o século XIX, ajudou a acelerar o crescimento econômico, mas promoveu a degradação da pessoa humana, a formação de multidões de marginalizados, e isso chegou até o nosso tempo.

Mas se nos detivermos na análise do que vem acontecendo no mundo nas últimas décadas vamos perceber claramente a ocorrência de um conflito grave e profundo. Hoje se opõem, de um lado, objetivos puramente materiais e egoístas e, de outro lado, pessoas, grupos e organizações sociais que desenvolvem enorme esforço enorme para a recuperação da ética. É aqui que se coloca a questão dos Direitos Humanos. Quando a ONU aprovou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 48, já fez uma reafirmação de valores éticos, embora ainda em termos muito abstratos. Depois, prosseguindo na mesma linha, em 1966 a ONU aprovou dois documentos de extraordinária importância, os chamados "Pactos de Direitos Humanos", que são o Pacto de Direitos Cívicos e Políticos e o Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, fazendo uma reafirmação mais rigorosa dos valores éticos e colocando, já, objetivos práticos.

Prosseguindo firmemente nessa caminhada a ONU aprovou novos documentos extremamente valiosos para a reconquista da dignidade humana, entre os quais se encontra a proibição de qualquer forma de discriminação contra a mulher, a condenação da tortura, a proibição de qualquer forma de preconceito, a afirmação dos direitos da criança e do adolescente, além de outros que significam, concretamente, uma recuperação dos valores éticos. É curioso verificar que, de certo modo, estamos voltando

aos séculos XVII e XVIII, em termos de reconhecimento dos direitos fundamentais da pessoa humana. Mas isso não é um mal, pois estamos voltando no sentido da retomada de uma postura ética e da recuperação dos valores éticos, indissociáveis da dignidade da pessoa humana.

Como conclusão final, se verificarmos atentamente como se coloca hoje, para a humanidade, o desafio da ética, se atentarmos para a essência do conflito, vamos perceber que os grandes adversários da ética são exatamente o materialismo e o egoísmo. Quero lembrar aqui uma colocação que me parece muito precisa e oportuna, feita pelo Papa João Paulo II na Encíclica sobre o trabalho, a *Laboriem exercens*. Diz ele que no mundo moderno há dois materialismos que é preciso evitar. Um deles é o materialismo teórico, o materialismo incorporado ao marxismo. Mas, adverte o Papa, há outro materialismo, que é o materialismo prático, aquele que não se declara como tal mas que é essencialmente materialista, que é o incorporado ao capitalismo. É uma doutrina econômica que só se preocupa com valores materiais e não dá importância aos valores espirituais da pessoa humana.

A versão mais moderna desse materialismo é a farsa chamada globalização. Na verdade, o que se tem proclamado como globalização é uma enorme farsa, que já está sendo claramente ou mais nitidamente desmascarada por fatos dos últimos tempos. Quem estiver atento aos argumentos e às decisões dos detentores do comando econômico-financeiro do mundo já terá percebido que sob pretexto de globalização o que se quer é submeter os seres humanos ao chamado mercado, aos interesses econômicos e financeiros. Quem conhece história sabe que globalização, no sentido de que o mundo inteiro deve ser levado em conta nas relações humanas, já existe desde o século XVI. Quando, no final do século XV, Colombo chega à América e a partir daí se inicia o ciclo das grandes navegações, já não era mais possível para a humanidade considerar apenas um pequeno espaço circundante e ignorar o mundo.

No Brasil tivemos a presença da Holanda, com a Companhia das Índias Ocidentais, ao mesmo tempo em que já existia a Companhia das Índias Orientais. Promoveu-se o comércio das especiarias, ligando Ocidente e Oriente, iniciou-se um intenso comércio entre o Velho e o Novo Mundo, estabeleceu-se a rota da seda, ligando Veneza à China. A vida foi globalizada, as diferentes partes do globo terrestre foram interligadas o mundo já estava interligado do ponto de vista das transações econômicas. Assim, portanto, não há nada de novo na globalização.

Na verdade, o que se pretende agora é a afirmação da supremacia dos objetivos econômicos e financeiros, inclusive propondo a eliminação de direitos fundamentais da pessoa humana, como, por exemplo, os direitos da trabalhadora gestante, o direito ao descanso semanal remunerado, o direito a férias. Propõe-se que tudo isso seja eliminado porque encarece a produção e está atrapalhando a economia. O que se vê no Brasil é que, para infelicidade do povo, o governo filiou-se a uma corrente doutrinária que se identifica como neoliberalismo e, em conseqüência, tem uma política econômica que é absolutamente predominante e não tem, a não ser como simples fachada formal, uma política social. Isso quer dizer que o governo não se preocupa, na realidade, com a preservação e a valorização de uma ética do povo brasileiro. É preciso que todos estejam atentos a isso, é necessário lutar com muita firmeza, para que a ética prevaleça.

Como observação final, quero lembrar o que escreveu um grande humanista do nosso tempo, Henrique Dusserl, sobre a ética comunitária: "No tempo em que vivemos, os profetas, os mártires, os heróis devem saber diferenciar a legalidade moral, dominadora, vigente, da legalidade ética comunitária de libertação. Devem saber sofrer a ilegalidade social do pecado e afirmar ante o poder a loucura da legalidade comunitária do Reino ou da Terra Prometida, uma terra nova em que mora a Justiça." E eu concluo dizendo que estou absolutamente convencido de que deste confronto, em que se coloca de um lado o materialismo, o egoísmo, o valor dinheiro acima da pessoa humana e, de outro lado, a luta pela revalorização da pessoa humana, pela supremacia dos valores éticos, eu concluo com absoluta convicção de que os valores éticos prevalecerão. Esses valores irão prevalecer porque só através deles o ser humano poderá preservar sua dignidade e desenvolver-se no sentido da plena realização da sua dimensão espiritual. Esta é a minha convicção e volto ao meu ponto de partida: é preciso tomarmos consciência de nosso valor ético, de que nós, como seres humanos, valem eticamente. É preciso fazer um grande esforço, um esforço permanente na vida diária, nos pormenores da nossa vida, para vivermos segundo a ética. Só dessa maneira e por esse caminho é que poderemos construir uma sociedade justa, de pessoas realmente livres e tratadas como essencialmente iguais, uma sociedade em que as pessoas se respeitem reciprocamente e possam viver em paz.

Muito Obrigado.